

Bierrembach propõe plebiscito para escolha de fórmula da Constituinte

Da Sucursal de Brasília



O relator da comissão mista do Congresso que examina o projeto do governo de convocação da Constituinte, Flávio Bierrembach (PMDB-SP), apresentou ontem, em Brasília, parecer propondo um plebiscito nacional, em 2 de março

de 1986, para que os eleitores escolham se preferem uma Constituinte exclusiva ou formada pelo Congresso a ser eleito em 1986. O parecer de Bierrembach propõe também a antecipação da eleição dos constituintes para 7 de setembro de 1986; declara inelegíveis os ocupantes de cargos públicos que não se desincompatibilizarem até 31 de dezembro deste ano; revoga dispositivos que considera autoritários na atual Constituição; e amplia a anistia dada em 1979 para os militares.

Os líderes do PDS, Prisco Viana (BA), do PFL, José Lourenço (BA) e Pimenta da Veiga, do PMDB, acertaram, ontem à tarde, uma estratégia regimental para rejeitar o parecer de Bierrembach e aprovar um novo substitutivo que mantivesse o conteúdo da emenda enviada pelo presidente Sarney ao Congresso Nacional.

Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB, que considera a proposta de Bierrembach derrotada, disse que, depois de rejeitado o parecer, ocorrerá a nomeação de um relator substituto. "Não se trata de destituição. Está tudo previsto no regimento. Eu mesmo já fui relator de proposições que perderam na comissão, sendo substituído".

Pouco depois terminada a reunião da comissão mista, o presidente José Sarney mostrava-se preocupado com o destino da emenda. Estava em seu automóvel a caminho do Palácio do Planalto, depois de um almoço com escritores no Palácio da Alvorada, quando teria dito ao presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, que estava ao seu lado no galaxie preto: "Gostaria de ver minha emenda



Flávio Bierrembach (PMDB-SP), relator da comissão mista do Congresso

aprovada como foi enviada ao Congresso". Sarney teria dito ainda que a desincompatibilização daqueles que ocupam cargos executivos deveria ser votada em destaque.

Ataques

Não houve apenas críticas ao deputado Flávio Bierrembach durante a reunião da comissão mista: quando acabou de ler sua proposta, ontem de manhã, foi aplaudido pelos parlamentares do PT e por militares cassados que se encontravam no local. "Isso não é um substitutivo. É um manifesto político", disse o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), membro da comissão mista.

O senador Hélio Gueiros (PMDB-PA) considerou o parecer "de modo geral inaceitável, exceto na parte relativa à anistia". Já o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), mostrava-se apressado: "Temos de fazer tudo de novo em 48 horas — a votação da emenda Sarney está prevista para a próxima semana". Lourenço disse ainda que, "a partir de agora, nós, do PFL, não vamos mais aceitar indicação do relator no escuro".

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, também criticou Bierrem-

bach. "É um parecer panfletário", disse. O líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), disse que a população "quer uma Constituinte sem maiores acessórios", acrescentando: "A proposta do relator está complicada por causa da realização de quatro eleições em 1986, previstas em seu parecer: um plebiscito, eleição dos constituintes, eleição de governadores e consulta popular sobre os senadores eleitos em 1982".

Apoio

O parecer de Bierrembach recebeu ontem o apoio do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Herman Assis Baeta, que defende a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva. "Se o Congresso não aprovar o parecer do deputado Flávio Bierrembach estará dando uma demonstração de temor ao povo", disse.

Segundo Baeta, a consulta plebiscitária fortalece o governo: "Se o povo escolher a fórmula apresentada pelo presidente José Sarney, o governo dá uma demonstração de credibilidade; se optar pela Constituinte exclusiva, o governo também ganha, pois estará respaldado pela sociedade".



O QUE DIZ O PARECER BIERREMBACH

Plebiscito a 2 de março de 1986 para saber se a população quer constituinte independente ou Congresso constituinte

Eleição dos constituintes a 7 de setembro de 1986

Instalação da Constituinte a 1º de fevereiro de 1987

Só os partidos políticos indicam candidatos

O número de representantes máximo por Estado é ampliado de 60 para 80

Referendo para propostas rejeitadas na Constituinte, mas que tenham voto de 2/5 dos constituintes

Prazo de desincompatibilização único para os ocupantes de cargo executivo que queiram ser constituintes: 31 de dezembro 1985

Comissão representativa encarregada de legislar ordinariamente (caso o plebiscito decida por Congresso constituinte)

Líderes estudam como derrotar o parecer

Da Sucursal de Brasília

Os líderes do PDS, Prisco Viana (BA), do PMDB, Pimenta da Veiga (MG), e do PFL, José Lourenço (BA), reuniram-se ontem à tarde, em Brasília, para elaborar uma estratégia, baseada no regimento da Câmara, para derrotar o parecer do relator Flávio Bierrembach (PMDB-SP).

A estratégia acordada pelos líderes é derrotar o parecer de Bierrembach na comissão mista, através da maioria parlamentar leal à orientação das lideranças dos três maiores partidos com representação no Congresso. Em seguida, caso o parecer de Bierrembach seja derrotado, o presidente da comissão, senador Helvídio Nunes (PDS-PI), designará um de seus integrantes para redigir o chamado "voto do vencido" que, regimentalmente, deve limitar-se aos termos do projeto do governo.

Quando este for submetido à votação, um terceiro parlamentar da comissão apresentará um "voto em separado", este baseado nos entendimentos mantidos entre as lideranças do PDS, PMDB e PFL. O voto conterà a emenda do governo e mais algumas propostas consideradas aceitáveis pelos líderes, entre elas a da anistia (com promoção na reserva para os militares), a criação de uma comissão legisladora durante o período constituinte e os dispositivos sobre inviolabilidade do mandato.

O governo direto e seus instrumentos

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Da equipe de articulistas da Folha

O referendo e o plebiscito são institutos do chamado governo direto que sobreviveram ao regime da representação popular. Sua função é naturalmente aquilatar a vontade efetiva do povo, que muitas vezes se choca com os interesses do Poder Legislativo ou do governo.

Talvez os países que mais tenham feito uso desses institutos contemporaneamente sejam a Suíça e os Estados Unidos. A democracia americana nasceu de uma experiência de governo direto. As vilas e as cidades se reuniam nas praças para legislar e ratificar atos municipais. Nos anos eleitorais é comum que se incluam na pauta do votante americano consultas sobre alterações legislativas, sejam de âmbito estadual ou federal. Alguns Estados chegam ao requinte de submeter ao controle da população atos meramente administrativos, que não têm a força da lei mas atingem o cotidiano do cidadão.

O que dizer sobre uma emenda que convoca e dá forma a uma Constituinte?

Constituição faz dezessete anos hoje

Da Redação da Folha

A atual Constituição, em vigor no País desde 1969, completa hoje dezessete anos. O texto final resultou de projeto de Pedro Aleixo, vice-presidente do governo Costa e Silva.

A Carta Magna de 1969, ou Emenda Constitucional nº 1, foi a sétima Constituição brasileira desde o Império — 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 —, tendo sido outorgada pelos ministros Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha), e Mécio de Souza Melo (Aeronáutica), membros da Junta Militar que governava o País à época.

O único discurso da cerimônia de assinatura da nova Constituição — que durou nove minutos — foi do almirante Augusto Rademaker.

ANC 88
Pasta 10/85-2
017/1985